



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
“Casa de Epitácio Pessoa”

ATA

ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CONSTITUÍDA POR ATO DO PRESIDENTE Nº 58/2019, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA, REALIZADA NO DIA 31 DE MARÇO DE 2020.

Às quinze horas e quinze minutos do dia trinta e um de março de dois mil e vinte, através de vídeo conferência, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, instituída pelo Ato do Presidente de nº 58/2019, publicado no Diário do Poder Legislativo – DPL de nº 7.745 do dia 17 de maio de 2019, para apurar, debater e indicar política pública de enfrentamento ao feminicídio no Estado. Sob a Presidência da Deputada Cida Ramos, e presentes as Deputadas Camila Toscano e Estela Bezerra. A Presidenta afirmou que a CPI tem um papel fundamental para unir esforços para proteger as mulheres, e que em momento de confinamento a violência tende a aumentar. Disse que a epidemia vai transformar as relações sociais e políticas, e que é preciso reafirma a rede, e dizer as mulheres que elas podem denunciar. A Presidenta convidou a Deputada Camila Toscano para secretariar os trabalhos, que realizou a leitura do Edital de Convocação da Presente Reunião e Ordem dos Trabalhos da presente reunião, que como objetivo: Introduzir a discussão sobre as estratégias de fortalecimento da campanha “Mulher em Casa não fica Calada”, a qual tem como objetivo divulgar os canais de denúncia e a existência da rede de proteção à mulher no Estado; e Oitiva de autoridades convidadas, as Senhoras Maysa Felix, Delegada e Coordenadora das DEAMS, Rosane Araújo, Promotora de Justiça da Paraíba, e Elisangela Inácio, Professora e Pesquisadora da UFPB. A Presidenta defendeu que os impactos da epidemia são maiores para as mulheres, e informou que recebeu diversas mensagens de mulheres

que vivem na informalidade, que estão precisando de ajuda, e que precisam do apoio das instituições. A Senhora Lídia Moura, Secretária de Mulheres do Estado, cumprimentou todos, afirmou que existem dois aspectos que precisam ser avaliados, que o isolamento é a única chance de combate ao vírus letal, e que as mulheres que vivem em situação de violência, podem aumentar. Informou que todos os serviços de proteção as mulheres estão funcionando, e que estão fazendo plano para as populações tradicionais, como LGBT e catadores, e que está em diálogo com a secretaria de desenvolvimento humano. A Senhora Rosane de Araújo, cumprimentou todos os presentes, destacou que o mundo está em pânico, e vivendo um drama que não se sabe as origens, e além da questão da saúde, tem a vulnerabilidade social. Disse que nos Estados Unidos a região mais afetada foi Nova York, e que as regiões mais ricas foram as mais atingidas. Sugeriu a convocação de profissionais da área de saúde. Relatou que o patriarcado continua a culpar as mulheres pela desestrutura dentro das casas, que o Ministério Público está atento as demandas das mulheres, que precisa reforçar a importância da rede de proteção a mulher da Paraíba, que o pico de incidência do vírus ainda não começou no Brasil, e que precisa de articulação para construir políticas no sentido de proteger as mulheres. A Deputada Estela Bezerra após cumprimentar todos os presentes, afirmou que o Estado está mantendo o que tem, que o papel da rede é fundamental. Questionou a Senhora Maysa Felix como o decreto emergencial vai atingir as mulheres. Informou que o Rio de Janeiro computou o número de violência contra as mulheres, que todas as dificuldades domiciliares afetam diretamente as mulheres, e que os impactos são muitos para as mulheres. Disse que é necessário agir, e que está precisando comprar mais de cento e cinquenta cestas básicas, que é necessário que executivo tome as providências necessárias, que precisa de melhoria e foco na sistematização dos dados, comunicação com as prefeituras, e plataforma específica para ter uma noção das necessidades da sociedade civil. A Deputada Camila Toscano afirmou que como representante do legislativo, entende que a questão do corona não é apenas de saúde, é questão social, que muitos trabalham durante o dia para comer a noite, e foram pegas de surpresa com o fechamento de diversos estabelecimentos. Destacou que a violência cresceu, que repudia a fala do Presidente Bolsonaro, quando tenta justificar

agressões, que estão dando muita ênfase ao coronavírus, e estão esquecendo as mulheres. Disse que é necessário mostrar para as mulheres que elas podem sair da violência. Falou que quer ouvir o que tem sido feito pela OAB, pela DEAMS, e o Ministério Público. Questionou se de fato tem crescido o número de violência. A Senhora Maysa Felix, no cumprimentou todos, disse que a Casa do povo tem dado uma resposta, a exemplo da lei dos condomínios, e que em relação as DEAMS, desde a publicação do decreto, foi necessário pensar a saúde de todos, e que a central de polícia está atendendo vinte e quatro horas por dia, que na primeira semana de isolamento houve uma retração, e houve o incentivo para o uso da delegacia online. Afirmou que presencialmente as mulheres da região metropolitana podem ser atendidas em João Pessoa, que o setor responsável pela estatística está funcionando, que entre sexta e domingo foram registrados sete fragantes em João Pessoa, e duas medidas protetivas, que quando a vítima faz o registro pela delegacia online e diz que quer medida protetiva, recebe uma mensagem para comparecer a delegacia presencial. Destacou que a campanha de conscientização dos familiares é importante. A Senhora Izabelle Ramalho, Representante da OAB, cumprimentou todas, e disse que o debate é importante, e concorda com as considerações. Afirmou que diante dos aspectos que configuram a violência familiar, está em confinamento possibilita o aumento de conflitos, que a subnotificação é um desafio, e diante da pandemia esse desafio é ainda maior, que é necessário considerar e pensar de como fazer para enfrentar, já que existem maiores dificuldades diante do isolamento, que é necessário continuar informando as mulheres que os serviços estão funcionando, que a lei promulgada a semana passada também é importante. Defendeu que a violência doméstica não está na falta de pão. A Senhora Renata de Almeida Matias, Delegada de Polícia, cumprimentou todos, disse que é necessário oferecer um atendimento para as mulheres, e que percebeu um retrocesso devido ao isolamento. Relatou tem conhecimento de situações de mulheres que não tem condições de denunciar, e que os serviços estão à disposição, e estão abertos. A Senhora Hidelvânia Macêdo, Representante da AMB, cumprimentou todas, disse que vem fazendo um debate das consequências da pandemia, que vem construindo estratégias, como campanhas, para incentivar os serviços que existem na rede. Falou que haverá impactos na saúde da mulher, e por

isso é necessário defender o SUS. Defendeu que precisa arrecadar fundos por que as mulheres possam se alimentar, que o atual Governo Federal tem um descompromisso com as mulheres, e que é necessário construir uma rede de auto cuidado. A Senhora Elisangela Inácio, cumprimentou todas, disse que participa desta segunda reunião da CPI representando a Universidade, que neste período de quarentena, tem muitas estudantes na residência da universidade, e enfrentam diversas dificuldades. Informou que recebeu muitos vídeos, afirmando que o convívio social com as mulheres é ruim. Sugeriu realização de campanha que iniba a violência digital crescente. A Senhora Raphaela Ramalho, Assessora Parlamentar, cumprimentou todos, informou que tentou trazer diversos representantes, que convidou a senhora Maria do Carmo do Sindicato das Trabalhadoras Domesticas. Disse que a campanha que a CPI lançou que se chama, Mulher em Casa não fica calada, com objetivo de dá ampla divulgação a todas as iniciativas. Propôs convergir as informações e dá ampla divulgação. A Deputada Estela Bezerra disse que duas questões chamaram atenção, que foi no que se refere a violência digital, e que os dados são importantes. Afirmou que é necessário ter um diálogo com o Governo, que a OAB não é um órgão público e sim da sociedade civil, e que é preciso solucionar a questão das necessidades das mulheres. A Senhora Lídia Moura informou que a casa abrigo está funcionando, que está sendo proposto um plano, que existe um comitê do Governo que analisa a todo o tempo as necessidades das mulheres, que a violência é uma prioridade, e que devido ao confinamento, os números de alguns países mostram que houve um crescimento. Comunicou que terá que sair para participar de outra reunião. A Senhora Isabelle Ramalho afirmou que os dados são mais que saltares para continuar avançando, que não quis dizer que os dados não são importantes, mais sim que os dados são muitos maiores. A Deputada Camila Toscano sugeriu que seja realizado reunião no âmbito da comissão da mulher a semana que vem. A Deputada Estela Bezerra sugeriu que a comissão da mulher possa respaldar as discursões na CPI. A Presidenta pediu que a Delegada Maysa Felix possa ficar responsável por trazer os dados, que as Senhoras Isabelle Ramalho e Elisangela Inácio possam trazer dados sobre as questões virtuais, e a Senhora Raphaela Ramalho possa trazer propostas concretas para propor ao Governo do Estado. A Deputada Camila Toscano falou

que é necessário fazer isso junto com a Comissão da Mulher. Pediu que o Governo do Estado olhe para a mulher Paraibana. A Senhora Lidia Moura sugeriu convidar a Secretária de Saúde, Desenvolvimento Humano. A Deputada Estela Bezerra pediu que da reunião com a comissão possa sair um documento para o Governador, para que reserve dinheiro da comunicação para campanha de incentivo a denúncia da violência. Disse que a saúde precisa trazer dados específicos, e que tem visto falta de EPI para as mulheres que trabalham na saúde. A Presidenta pediu que a Senhora Raphaela Ramalho elabore o documento para todas assinarem e enviar aos poderes. Informou que será convocada uma reunião para dez dias. A Deputada Camila Toscano destacou que com o decreto de calamidade pode ser feito investimentos. A Senhora Maysa Felix pediu que a Prefeitura participe, que existe uma população de mulheres de ruas. Defendeu que todos os órgãos participem, afirmou que nem todas as mulheres possuem internet, e que é necessário usar os órgãos de comunicação. A Deputada Camila Toscano falou que estão dizendo que nesse período de confinamento a agressão é normal. A Presidenta afirmou que a Senhora Raphaela Ramalho vai elaborar um relatório para todas assinarem, e repassar ao Presidente da Assembleia e demais autoridades. A Senhora Rosane Araújo falou que o estado de bem estar social é importante, e quem pode socorrer é o Estado. Disse que a pobreza é estruturante e a desigualdade de gênero leva violência contra a mulher, e que a violência contra a mulher é uma pandemia. A Presidenta declarou encerrada a presente Reunião. Lavrando a presente Ata o redator Paulo Fernando da Silva, Assistente Legislativo, que depois de lida e aprovada será rubricada em todas as folhas e assinada pela Presidenta, deputada Cida Ramos, conforme o disposto no Art. 60, do RI desta Casa Legislativa. 31 de março de 2020.


Deputada Cida Ramos
Presidenta